

## II

# Geração

### 3 Geração e cultura política

*“Assim, me tornei comunista com aproximadamente 15 anos de idade.  
Uma opção que precisou ser refeita várias vezes ao longo da minha vida.  
Ao longo de mais de 55 anos de militância”*  
Leandro Konder<sup>1</sup>

#### 3.1 Cultura política: geração, história e memória

Por muito tempo houve, entre os historiadores, de acordo com Jean-François Sirinelli, desconfianças quanto à procedência e à possibilidade de operar com uma geração como objeto de estudo, em parte, devido às dificuldades de precisão e definição histórica que o conceito implica. Estudos geracionais soavam como banais e genéricos, pois lidavam com a óbvia e natural sucessão de pessoas da mesma faixa etária, e também porque *o uso da noção de geração fica às vezes na superfície das coisas, sendo antes elemento de descrição do que fator de análise*<sup>2</sup>.

Essa noção esteve frequentemente associada a pesquisas sobre períodos de curta duração, e foi comumente submetida a um padrão de análise que privilegiava a periodicidade, no qual as delimitações entre datas, e a partir das mesmas, determinavam gerações específicas. As gerações estiveram compreendidas como referências para a divisão regular e uniforme do tempo histórico, o que remetia à representação linear da história, como se este estivesse ordenado pela sucessão de eventos inauguradores<sup>3</sup>. Assim sendo, a definição de uma dada geração subordinava-se a padrões de periodização e remetia a um tipo de análise factual, uma vez que um acontecimento determinava, a partir de sua demarcação datada, a que elementos uma geração deveria estar associada.

Sirinelli esclarece que essa equação, no entanto, implica em uma certa contradição, pois ao contrário da regularidade que as periodizações sugerem quando

---

<sup>1</sup> KONDER, L., *Memórias de um intelectual comunista*. p. 7.

<sup>2</sup> SIRINELLI, J-F., *A geração*. p. 132.

<sup>3</sup> *Ibid.* Pp. 131-132.

pressupõem um encadeamento regular das gerações, *fatos inauguradores se sucedem de maneira forçosamente irregular* e, por isso,

“existem gerações ‘curtas’ e gerações ‘longas’. E assim como o econômico, o social, o político e o cultural não avançam no mesmo passo, e as gerações, em relação a esses diferentes registros, são de geometria variável, tal plasticidade também existe verticalmente em relação ao tempo”<sup>4</sup>.

A irregularidade na demarcação das gerações não as distancia completamente de periodizações, mas relativiza esse padrão como único a ser levado em conta. Se as gerações se remetem ao fato natural, biológico e óbvio da sucessão de faixas etárias, cabe não deixar de considerar igualmente o fato cultural,

“por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou de ter pertencido – a uma faixa etária com uma forte identidade diferencial. Além disso, e a constatação vai no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula”<sup>5</sup>.

A proposta de Sirinelli não nega à geração uma *virtude periodizante*<sup>6</sup>, mas afirma um alargamento desses horizontes no que diz respeito às possibilidades de delimitação de uma dada geração no tempo e no espaço. Ao invés de perceber a história como uma linha do tempo linear e regular, é possível entender *a história ritmada pelas gerações, como uma “história em sanfona”, dilatando-se ou encolhendo-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores*<sup>7</sup>.

Se é possível compreendermos a história no compasso das gerações, ritmadas à frequência dos fatos inauguradores, o mesmo vale para as trajetórias dos sujeitos, irregulares e tortuosas. Distante de uma imagem retilínea, de uma reta simetricamente perfeita, deve estar a compreensão de uma trajetória de vida, que mais se parece com as muitas intercessões oferecidas pelo sistema de metrô de Paris, ilustrada por Pierre Bourdieu<sup>8</sup>. A perigosa ilusão de unidade da memória, descrita por Ricoeur, em certa medida, é a *ilusão biográfica* percebida por Bourdieu nas análises das vidas de sujeitos, como se os dados de uma biografia estivessem organizados de maneira cronológica e linear. Certamente podem ser assim arrumados, mas linhas do tempo

<sup>4</sup> SIRINELLI, J-F., op. cit. p. 133.

<sup>5</sup> Ibid. p. 133.

<sup>6</sup> Ibid. p. 134.

<sup>7</sup> Ibid. p. 134.

<sup>8</sup> BOURDIEU, P., A ilusão biográfica.

são recursos escorregadios para o trabalho com a história, e com fontes orais, pelo fato de eliminarem a percepção da história enquanto um processo.

Nas entrevistas com filhos de militantes foi tomado o cuidado para não direcionar os entrevistados a um destino final. Era importante que cada entrevista encontrasse sua própria direção e que os depoentes tivessem opção de escolha e decidissem em quais estações saltar.

A atenção aos acontecimentos como inauguradores de processos históricos que influenciam os aspectos culturais, econômicos e políticos das sociedades abre-se uma nova perspectiva para a compreensão de como são formadas e reconhecidas as gerações. Na pesquisa histórica, elas podem assumir significativa relevância naquilo que Roger Chartier reconhece como a contribuição da história do tempo presente, uma vez que essa área permite à historiografia *o estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades e, logo, na configuração social das classes, dos grupos e das comunidades que as constituem*<sup>9</sup>.

Trabalhos historiográficos que operam com memórias contemporâneas, como o presente caso, se enquadram nesta proposta pela possibilidade de discussões que os estudos geracionais oferecem a partir do entrecruzamento do passado no presente, com projeções para o futuro.

Entre a *auto-representação e a autoproclamação* consequentes do sentimento de pertencer a uma determinada faixa etária, inscrevem-se elementos que fazem com que o indivíduo se reconheça como parte de um determinado núcleo geracional. A experiência de um acontecimento inaugurador, quando compartilhada através da memória, desempenha o mesmo papel de soldadura social assinalado anteriormente. A memória religa sujeitos que se identificam como parte de alguma coisa e no reconhecimento de uma identidade comum podem ser construídas e autoproclamadas as gerações.

No caso desta pesquisa, a geração de filhos de militantes analisada parece estar mais próxima do que Sirinelli indica como *reconstrução do historiador que classifica e rotula* do que de uma autoproclamação e auto-representação, por tratar-se mais de uma geração percebida a partir de uma linhagem familiar, do que de um acontecimento inaugurador diretamente ligado à vivência adulta dos entrevistados. Exemplos como os casos de Alice, Bruno, Juliana, Olga, mostram a influência que

---

<sup>9</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). cf. nota 133 desta tese.

episódios inauguradores, como a experiência do exílio, tiveram em suas trajetórias, mais especificamente o seu início, determinantes sobre o lugar de nascimento e do início da gravidez das mães. Bruno nasceu na época do exílio dos pais, na Costa Rica<sup>10</sup>. Os pais de Alice e Juliana começaram a namorar na época de exílio das mães, em Paris<sup>11</sup>, cidade onde Olga foi gerada<sup>12</sup>. O fato de não terem vivido o exílio, exceto Bruno, que narra memórias da época, não faz esse dado menos importante, uma vez que as experiências de exilados dos pais têm um peso importante no universo de memórias familiares.

A periodização, inclusive, mostrou-se um fator definitivo de delimitação cronológica, tendo em vista o recorte histórico privilegiado, que abrange o período após o regime ditatorial. Os entrevistados têm em comum serem filhos de militantes, nascidos nos últimos anos da Ditadura Militar, no final da década de setenta e início dos anos oitenta.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foi possível identificar os dois pólos de definição da identidade geracional do grupo de entrevistados. Os depoimentos revelam sinais de autoproclamação e autorepresentação. No início das entrevistas, perguntava de saída se o depoente se identificava com o título “filho de militante”. Apesar de algumas ponderações, especialmente feitas por Flora e Leonardo, todos<sup>13</sup> responderam que sim, eram filhos de militantes. Flora não considera a denominação óbvia, no seu caso, mas não a rejeitou<sup>14</sup>, assim como para Leonardo que se diz filho de um “outro tipo de militante”<sup>15</sup>, o que não o faz menos pertencente da categoria.

No decurso de seus depoimentos, o termo que a princípio se justificava pela referência de parentesco ganhou novos contornos e significados. Os entrevistados mostraram ter consciência de que faziam parte de um específico núcleo social, definido a partir de um determinado período da história do país. Muitos, no começo da entrevista, eram conscientes dessa identidade a partir da percepção do papel social

---

<sup>10</sup> Entrevista de “Bruno”. Depoimento concedido em 12 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro. ;  
Entrevista de “Alice”. Depoimento concedido em 25 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Entrevista de “Olga” via email. 10 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Aqueles que não são filhos de militantes, mas que mesmo assim foram procurados pela pesquisa, por razões de contraste, por motivos evidentes não entram nessa contabilidade, mas nem por isso a carga simbólica de termos como “militância” e “militante” não estiveram presentes em seus depoimentos. Veremos com mais propriedade essa questão a seguir.

<sup>14</sup> Entrevista de “Flora”. Depoimento concedido em 12 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Entrevista de “Leonardo”. Depoimento concedido em 13 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

dos pais militantes, para em seguida perceberem que, de alguma forma, haviam incorporado essa identidade não só por pertencerem à geração de filhos de militantes de esquerda.

Considerados os objetivos das entrevistas, a investigação das trajetórias e a cultura política dessa geração, o foco dos testemunhos foram as zonas de abrangência entre culturas políticas de duas gerações. A pesquisa não se preocupou em dar conta da memória da luta armada, ou da memória da militância dos quadros da esquerda brasileira, porém atentar sobre como, e de que maneira, esses temas eram evocados pelos depoentes. Até mesmo porque a linhagem de militância dos pais, a que quadros da esquerda estiveram filiados, influenciava claramente as declarações dos entrevistados. Os que tiveram pais aderentes da luta armada refletem sobre a escolha de pegar em armas e a reflexão também aconteceu do outro lado. Sobre como esse dado influenciou suas trajetórias, os capítulos finais trataram dessa análise.

As contribuições de Serge Berstein permitiram esboçar essas referências, assim como as principais aplicações do conceito de cultura política, apresentadas por esse autor, enquanto *uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política*<sup>16</sup>. Neste sentido, operamos com um conceito de cultura política cujos conteúdos estão conformados por um conjunto de elementos reconhecidos por um grupo de indivíduos como parte constitutiva de suas identidades.

Berstein entende que o tema da cultura política deve interessar aos historiadores por dizer à busca por respostas ao problema essencial das motivações da ação e do comportamento políticos<sup>17</sup>. O que motiva a atuação no campo do político é a constituição do seu interesse e, para ele, existem muitas possibilidades de respostas, já que o comportamento político é um fenômeno complexo, que invoca motivações variadas, portanto, seria pueril ater-se a um fator único de explicação.

A cultura política, segundo Berstein, oferece um terreno um tanto escorregadio para a historiografia, por estar indissociavelmente relacionada ao universo cultural de uma determinada época, e o conceito de cultura, por sua vez, implica não poucos problemas de definição para os cientistas sociais em geral e para os historiadores em particular. Percebe-se um afastamento dos historiadores do tema,

---

<sup>16</sup> BERSTEIN, S., A cultura política. p. 350.

<sup>17</sup> Idem. L'historien et la culture politique. p. 75.

considerada a difícil tarefa de pensar sobre a cultura, um conceito complexo que sofreu significativas mudanças desde o século XVIII. Em sua avaliação, o caráter antropológico do termo é basicamente o mais adotado e, nesse sentido, compreende-se a cultura como o conjunto de comportamentos coletivos, de sistemas de representação, de valores de uma determinada sociedade<sup>18</sup>. A pesquisa sobre cultura política deverá ter em conta essas variáveis aplicadas ao campo do político, o que significa que seus conteúdos e abrangências podem variar de um período para o outro, de um sistema político para o outro, mas ela sempre será uma expressão dos elementos constitutivos da cultura global.

Parece desnecessário esclarecer que o nosso tema não é a discussão teórica sobre o conceito de cultura, mas sim suas possíveis implicações na constituição de uma cultura política historicamente situada.

O diálogo entre uma historiadora e um antropólogo nos interessa, especialmente nesse momento. Para Eliana Dutra ocorreu uma retomada positiva da discussão sobre a cultura política a partir da interação entre os campos da história e da antropologia<sup>19</sup>. O diálogo entre as duas áreas permitiu uma nova percepção do conceito, que por muito tempo foi prioritariamente utilizado em pesquisas sociológicas. A autora destaca a contribuição do antropólogo Daniel Cefai, que aprofunda a relação entre diversidade e unidade, no que se refere ao universo da cultura política.

Cefai assinala que, mesmo sendo a cultura política considerada um elemento aglutinador, isso não implica em que as experiências vividas por um determinado grupo sejam uniformes. Uma experiência pode originar diferentes percepções ainda que o processo unificador faça parte do jogo. Pesquisas com fontes orais sublinham o dado, pois memórias individuais quando transmitidas em forma de depoimentos expressam perspectivas particulares, ainda que referidas a uma vivência coletiva. O conjunto dessas memórias individuais possibilita a constatação de diferenças na memória coletiva de uma determinada experiência comum.

Para Eliana Dutra, análises como a de Daniel Cefai rompem com um quadro dicotômico,

“e se recusam a pensar a cultura política através de modelos gerais, comportamentalistas ou formalistas baseados em sistemas de oposição estanques, tais

---

<sup>18</sup> BERSTEIN, S. L'histoire et la culture politique. p. 68.

<sup>19</sup> DUTRA, E., História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias. p. 23.

como modernidade/tradição, desenvolvimento/atraso político, para através do tríptico ‘experiência, sensibilidade e sociabilidade’ se interrogar sobre a ancoragem social das várias culturas políticas, mostrando que nelas ‘todo tipo de lógica, de racionalidade e de legitimidade coexistem e se combinam, sem que possamos lhes dissociar claramente’<sup>20</sup>.

Romper *oposições estanques* e conceber *várias culturas políticas* simultâneas corresponde, para Berstein, à *rejeição da historiografia a uma cultura política nacional própria de cada povo e, por conseguinte, transmitida por herança de geração em geração*<sup>21</sup>. Daí decorre a constatação da existência de uma pluralidade de culturas políticas, com zonas de interseção que correspondem aos valores partilhados.

“Se num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas”<sup>22</sup>.

Continua o autor:

“Esta osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de construir um dado fixo, sinónimo de tradição política, estejamos em presença de um fenómeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo”<sup>23</sup>.

No convívio entre culturas políticas diversas é possível partilhar referências que originam influências mútuas, sem que seja necessária uma perfeita sintonia, uma vez que encontram-se exemplos de culturas políticas até mesmo antagónicas coexistentes. Apesar de nem sempre concordarem, o diálogo entre elas ocorre, pois as divergências nunca serão totais, já que estão inscritas dentro da mesma cultura global.

Fenómenos móveis e cambiantes, as culturas políticas podem ser revisitadas e retificadas pelos que delas se apropriam para atender às suas necessidades. Estabelece-se um diálogo entre o tradicional e o atual na busca de referenciais compatíveis com a conjuntura histórica na qual vivem os sujeitos que com eles operam.

A cultura aparece assim como produto de uma história revista e corrigida, fundada em tradições. As gerações participam da transmissão, da rejeição, da incorporação ou da revisão de culturas políticas e constroem ou reformulam seus referenciais, que remetem a uma memória coletiva. A importância de uma cultura

---

<sup>20</sup> DUTRA, E., História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias. p. 20.

<sup>21</sup> BERSTEIN, S., op. cit. p. 353.

<sup>22</sup> Ibid. p. 354.

<sup>23</sup> Ibid. p. 355.



política reside na adesão dos indivíduos que a internalizam e a tornam um dos motores que impulsionam suas ações políticas.

Os que partilham uma determinada identidade social transferem referências do universo coletivo para o individual, o que ocorre, de acordo com Berstein, através dos *canais habituais da socialização*<sup>24</sup>. O primeiro deles é a família, seguida pela escola ou a universidade. O terceiro diz respeito aos grupos políticos de socialização, como o exército, o trabalho ou os partidos políticos, associados ao momento em que os sujeitos adultos podem fazer suas próprias escolhas e consolidam suas identidades.

Na compreensão de Berstein, a difusão de culturas políticas pelos vetores de socialização implica uma operação na escala das gerações.

Na convivência entre gerações, nos *canais habituais de socialização*, são estabelecidas as relações com os outros e com os próximos que dão sentido à nossa trajetória política e social. Na etapa de formação de identidades, quando os sujeitos podem escolher por si próprios, dá-se o processo de negociação do indivíduo com o coletivo, e nele, a transmissão de uma tradição, assim como a construção de novos referenciais. No convívio e na troca entre indivíduos de diferentes gerações inscreve-se a cultura política de um determinado grupo.

Nos vínculos que diferentes gerações estabelecem entre si a partir de um elemento comum, a cultura política será, portanto, o resultado do convívio entre o tradicional e o contemporâneo. Mesmo que o peso de tradições herdadas seja importante nos comportamentos políticos, uma cultura política não se nutre somente do passado. Ela é viva e evolui sob os efeitos de diversas influências. Opera, portanto, com os problemas do presente, e contribui para novas discussões mesmo que a partir de dados anteriores.

É desta forma que Berstein relaciona cultura e memória a partir da cultura política, uma vez que, para o autor, ela *supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto*<sup>25</sup>. A partir do diálogo entre presente e passado são feitas projeções coletivas para o futuro, expressas pela relação entre memória, tradição e experiência<sup>26</sup>. É no embate da tradição, entendida como leitura do passado, com o moderno, como projeção no futuro, que são traçadas as diretrizes de identidade de uma geração no que diz respeito à cultura política.

---

<sup>24</sup> Ibid. p. 356.

<sup>25</sup> BERSTEIN, S., op. cit. p. 351.

<sup>26</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 213.

### 3.2 Experiência e história

O que Berstein define como “leitura *comum* do passado”, e “projeção no futuro vivida *em conjunto*”, implica na tensão que é própria de uma cultura política entre memória / espaço de experiência e esperança / horizonte de expectativa<sup>27</sup>. As alusões ao que é “comum” e “conjunto” indicam que é no coletivo, para esse autor, que se encontram as coordenadas originais de um grupo, que imprimem direção a seu funcionamento. As relações e diferenças entre memória e história permitem estabelecer que entre o lembrar e o esquecer são feitas leituras do passado, mas também projeções para o futuro.

Uma vez incorporada a proposta de Sirinelli, tratar da geração dos filhos de militantes de esquerda no Brasil significa ir além de periodizações e demarcações temporais e considerar, a partir de acontecimentos inaugurais, o surgimento de núcleos geracionais. Incluir a cultura política como elemento constitutivo deste painel investigativo nos indica que é nas imbricações entre memória / espaço de experiência e esperança / horizonte de expectativa que se inscreve uma *experiência comum*.

Quando Berstein se indaga sobre o que faz os homens agirem politicamente da forma que agem, sua reflexão percorre um caminho paralelo ao trilhado por Reinhart Koselleck a respeito da relação entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Isto porque essas categorias explicitam como as experiências do passado servem para conduzir os atos humanos no presente. Em outras palavras, como as referências do passado motivam as ações dos homens em relação ao tempo histórico em que vivem.

A cultura política espelha esse exercício de reflexão, uma vez que *corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações*<sup>28</sup>. É na convivência entre memórias e esperanças, na relação entre leituras do vivido e projeções, que inscrevem-se as ações políticas dos homens referentes às culturas políticas com as quais convivem.

---

<sup>27</sup> Cf. KOSELLECK, R., Espaço de experiência e horizonte de expectativa. Duas categorias históricas.

<sup>28</sup> BERSTEIN, S., op. cit. p. 355.

Memória e história relacionam-se, portanto, com uma *experiência comum*, quanto à construção de uma memória coletiva que leve em conta a expressão de memórias individuais sobre um acontecimento inaugural. Mas é necessário, ainda, considerar o que uma experiência comum sugere, uma vez aplicada a acontecimentos inaugurais contemporâneos, e tanto a compreensão de *experiência* quanto a de *experiência comum* podem ser aprofundadas a partir das formulações de Walter Benjamin sobre a narrativa<sup>29</sup> e sobre a história<sup>30</sup>.

A experiência inscreve-se, para Benjamin, no compartilhamento e na transmissão de uma tradição através da palavra, passada de geração para geração. É no sentido da retomada e da transformação de uma tradição que a experiência torna-se algo compartilhado, comum àqueles que dividem o mesmo espaço e tempo histórico. A tradição é transmitida como uma herança de pai para filho, tal como um bem familiar, e no rito de passagem encontra sua forma de transcender, de se perpetuar.

A experiência calcada na ideia de uma tradição transmitida é um processo coletivo, no qual estão envolvidas duas partes, aqueles que contam e aqueles que ouvem. Através da fala, da narrativa, da transmissão pela palavra da tradição, a experiência comum ganha forma.

Mas o tempo de Benjamin o preocupava. Percebe uma perda da experiência ou pelo menos seu declínio, uma vez que a temporalidade fragmentada e marcada pela individualização privilegia as vivências particulares, e nelas concentra sua forma de existência. Se a experiência perde sua força, o mesmo ocorre com a transmissão da tradição e, portanto, o processo de construção de uma narrativa não se desenvolve. Por isso, para Benjamin, era difícil perceber a modernidade como um momento favorável à construção de uma memória coletiva, pois a possibilidade de uma *experiência comum* percebida e reconhecida pela coletividade estava, a princípio, comprometida.

“A perda da experiência em Benjamin acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração, que têm sua fonte nessa comunidade e nessa transmissibilidade. As razões dessa dupla desaparecimento provêm de fatores históricos que, segundo Benjamin, culminaram com as atrocidades da Grande Guerra (...) Os sobreviventes que voltaram das trincheiras, observa Benjamin, voltaram mudos. Por quê? Porque aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras”<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Cf. BENJAMIN, W., O narrador.

<sup>30</sup> Cf. Idem., Sobre o conceito de história.

<sup>31</sup> GAGNEBIN, J. M., op. cit. Pp. 50-51.

O universo das memórias traumáticas, da memória do sofrimento, para Jeanne Marie Gagnebin, representa algo de significativo no pensamento de Benjamin sobre a interrupção do processo da narrativa. O trauma, na perspectiva de Ricoeur, impede a fala, impede a memória e é precisamente esta impossibilidade de uma resposta dotada de carga simbólica que, para Benjamin, acarreta na perda da experiência e da narrativa tradicional<sup>32</sup>.

Na ausência da experiência, é através da função que exerce a história que Benjamin considera possível a elaboração de um novo tipo de experiência, que assumiria na modernidade o sentido não mais de uma experiência comum, mas de uma experiência histórica. A história é aquela que olha para o passado, mas não o elabora de maneira fechada, como se fosse um absoluto em si mesmo. O pensamento crítico de Benjamin entende a modernidade como a tentativa de convencimento de que não existem alternativas possíveis, e que pressupõe operar com o que temos, e o que temos é tudo o que podemos ter<sup>33</sup>. Mas o futuro é sempre incerto e na incerteza dos rumos da humanidade existem, para esse autor, aberturas e brechas que permitem entrever novas possibilidades. Se não é possível qualificar o futuro, a história mantém-se aberta às expectativas, pois é no fazer histórico que o passado, uma vez conceituado no presente, indica as aspirações e as esperanças dos homens.

As categorias cunhadas por Koselleck informam acerca da relação do homem com o tempo e, por isso, são possibilidades de fundação da história. Isto porque demonstram como são construídos os valores de uma determinada época, compreendidos como o resultado do diálogo entre o que se reconhece como tradição e o que é vivenciado no momento vivido. Valores do passado são avaliados no presente diante da conjuntura histórica na qual vivem os sujeitos e a partir dessa avaliação são estabelecidas rupturas e continuidades.

Neste sentido, essas categorias indicam, igualmente, uma compreensão da história como um processo, tortuosamente constituído por cisões com o passado, tal como é reconhecido. Na perspectiva do processo histórico, romper com o passado não deixa de ser um rompimento com uma tradição histórica que confere sentido à existência humana<sup>34</sup>. O passado perde seu valor de *mestre da vida* e o presente é construído a partir da contradição entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de*

---

<sup>32</sup> Cf. BENJAMIN, W., O narrador.

<sup>33</sup> Idem., Sobre o conceito de história. p. 226.

<sup>34</sup> Cf. KOSELLECK, R., op. cit.

*expectativa*. O futuro, portanto, se apresenta aberto a projeções, coerente com as esperanças e expectativas renovadas pelo momento histórico.

A descontinuidade na história convoca os homens a refletirem sobre como incorporar o passado ao advento de um novo presente porque, por mais que se renuncie a ele, o passado nunca é completamente negado. Nem a mais consistente contradição entre as memórias do passado e as esperanças sobre o futuro interrompe definitivamente o diálogo entre essas duas dimensões. De alguma forma, e em certo nível, valores de uma tradição mesmo considerados ultrapassados influenciam as ações dos homens no presente, ainda que seja para renunciarem a elas no presente.

A memória, para Benjamin, torna possível, através da narrativa, essa comunicação entre um passado de tradição e um presente de expectativas. A memória é transmitida e a experiência pode ser compartilhada. Eis que entra a figura do narrador, tão importante para esse autor, pois *ele é aquele que recolhe os restos da vida miúda, das pequenas aventuras e desventuras, para tecer com eles uma rede de sentido com a qual a comunidade se identifica*<sup>35</sup>. Narra, portanto, memórias que a tradição transmite, uma herança que passa de geração para geração. O historiador não deixa de ser um narrador, mas diferente de Heródoto, que procurava não deixar os grandes feitos dos homens caírem no esquecimento, o historiador narrador, para Benjamin, é como um sucateiro cujo alvo não é recolher os grandes feitos.

“Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. O que são esses elementos de sobra do discurso histórico? A resposta de Benjamin é dupla. Em primeiro lugar, o sofrimento, o sofrimento indizível que a Segunda Guerra Mundial levaria ao auge, na crueldade dos campos de concentração (...) Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa rastro, aquilo que foi bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste – aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda”<sup>36</sup>.

A ausência da experiência interrompe a narrativa como transmissora de uma tradição, de uma memória portadora de heranças valiosas. A memória é, para Benjamin, a possibilidade de transmissão daquilo que foi vivenciado e, se isto se torna impossível, seja pelo silêncio que o sofrimento causa, seja porque a memória é silenciada, a *experiência comum* cai no ostracismo. Quando a história incorpora a

<sup>35</sup> KEHL, M. R., op. cit. p. 233.

<sup>36</sup> GAGNEBIN, J. M., op. cit. p. 54.

faculdade da memória surge uma nova oportunidade de experiência, uma vez que o historiador, enquanto um narrador, pode e deve *transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda*. A memória, apropriada pela história, deixa sua condição *subterrânea* e desafia os motes oficiais.

Em Benjamin, a memória se compromete com a produção de esclarecimentos para o presente, identificada e reconhecida no exercício da *rememoração*. Ela contribui para a narrativa histórica pela inclusão dos resíduos do que não é oficial, dos sentimentos que são constitutivos de uma experiência que, uma vez compartilhada a partir da memória individual, vislumbra a construção de uma memória coletiva. A memória quando narrada faz do narrador testemunha histórica, aquele que testemunhou um acontecimento e conta sua vivência. No entanto, a partir da faculdade da memória, Gagnebin amplia a dimensão da *testemunha*, pois implica tanto o que narra como aquele para quem a narrativa é feita. Quem ouve torna-se também testemunha.

“Testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como um revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, inventar o presente”<sup>37</sup>.

Entre os *sujeitos de atribuição da lembrança* sublinhados por Ricoeur, o *eu*, os *coletivos* e os *próximos*, Gagnebin incluí *os terceiros*, isto é, aqueles para quem a memória é transmitida e que serão os responsáveis pelo seu novo sentido no mundo<sup>38</sup>. Se a experiência é percebida em comum pelos sujeitos é porque a memória, transmissora de uma tradição, foi ouvida e, sobretudo, foi aceita quando narrada. A transmissão de uma tradição, para Benjamin, assim como a cultura política, para Berstein, faz-se à escala das gerações. Compreende-se, com Benjamin, a tradição como a passagem de uma herança de pai para filho<sup>39</sup>, tornando viável questionar sobre aceitamentos e rejeições.

“O texto de Benjamin nos faz entender que não existe experiência fora da transmissão. É a transmissão que transforma o vivido em experiência, ao dotá-lo de um sentido compartilhado. É a simbolização do vivido, e o recalque das marcas

<sup>37</sup> GAGNEBIN, J. M., op. cit. p. 57.

<sup>38</sup> Ibid. p. 57.

<sup>39</sup> BENJAMIN, W., O narrador.

mnêmicas, que permite que ele se agregue ao presente, transformando e dando consistência às vivências atuais”<sup>40</sup>

De todo modo, na recusa ou na incorporação de uma tradição recebida, a geração seguinte terá escolhas a fazer. Os andarilhos da *compulsão de repetição* pouco avançaram na jornada da memória, nesse caso, infinitamente repetida em si mesmo. O sujeito que se limita a repetição não sai do lugar. As vias da *rememoração*, direcionadas para a “invenção” do presente, comprometem a memória com o contemporâneo, para o tempo que é vivido.

A geração de filhos de militantes foi analisada a partir dessas premissas. Na sua formação, como na de qualquer geração, conviveram com culturas políticas e receberam valores e referenciais próprios da transmissão de uma tradição. Os testemunhos recolhidos apontam a necessidade de verificação de algumas hipóteses sobre quais caminhos as memórias dos filhos de militantes seguiram, se percorreram o caminho do *trabalho* ou o da repetição. Mas ainda é cedo para chegarmos a conclusões. Antes disso, cumpre pensar sobre a cultura política com a qual conviveu a geração de filhos de militantes para, mais adiante, verificar se a convivência com essa cultura política foi uma herança aceita ou rejeitada.

### **3.3 Uma outra geração**

Uma geração nunca está remetida somente a si mesma. As gerações, núcleos que reúnem agentes sociais, como qualquer elemento de análise historiográfica, estão inscritas no tempo e no espaço histórico, e por isso estabelecem relações com os universos sociais que as cercam.

A descrição de Berstein sobre zonas de abrangência entre culturas políticas remete ao convívio, ao diálogo entre diferentes gerações mas, além disso, deixa implícita a possibilidade de influência de uma geração sobre a outra. É preciso considerar um movimento de troca e de transmissão.

A geração de filhos de militantes de esquerda no Brasil, que constitui o objeto dessa pesquisa, foi analisada a partir da referência ao período posterior da Ditadura Militar, e é importante que isso seja esclarecido. Isto porque existem outras gerações de filhos de militantes como, por exemplo, a geração de filhos de militantes do período Vargas, ou a geração de filhos de militantes anteriores a 1964, ou a 1968<sup>41</sup>,

---

<sup>40</sup> KEHL, M. R., op. cit. p. 234.

<sup>41</sup> ROLLEMBERG, D., op. cit. p. 50.

uma vez que são várias as gerações de militantes na trajetória de lutas políticas do país. A memória da geração aqui estudada remete-se, portanto, ao período histórico de construção de vias democráticas no Brasil, que teve seu início com a luta das eleições diretas, em meados de 1983, e seu grande triunfo nas eleições abertas para presidente da República, em 1989, a primeira depois de um longo intervalo de 25 anos.

Da mesma forma que essas referências situam a geração de filhos de militantes aqui estudada, elas igualmente localizam a geração de seus pais, militantes da luta contra o regime militar. Consideradas as zonas de abrangência entre culturas políticas, a mais *familiar* para a geração de filhos de militantes foi a de seus pais, construída a partir do universo de militância nos anos ditatoriais.

Mesmo que não seja o objeto desse trabalho, algumas coordenadas que pautaram esse outro núcleo geracional são significativas e inevitáveis. Não significa investigar uma geração a partir de outra, mas entender que referências estiveram presentes no processo de transmissão de uma tradição. Percebida como herança transmitida, a tradição política referida ao campo do político dos pais deve ser posta em evidência para a compreensão da construção da cultura política da geração de filhos de militantes.

As práticas militantes da geração dos pais dos entrevistados podem ser localizadas num conturbado período histórico, marcado pela ausência do Estado democrático. Eram decorrentes das influências, e dos diálogos, com culturas políticas de esquerdas, de antiga linhagem histórica e política que, naquele momento, por diferentes contingências, eclodiam com força impressionante em todo mundo.

A América Latina nos anos sessenta e setenta foi palco de ditaduras militares e, apesar de cada país apresentar variações específicas no processo, algumas similaridades permitem inscrever esses regimes de força sob um mesmo ângulo de análise, especialmente no que diz respeito aos movimentos de resistência. Esse período e esse ambiente de disputa política é caracterizado por discussões referidas a um mundo bipolar, dividido de modo maniqueísta e imperativo por oposições rígidas entre esquerda e direita, comunismo e capitalismo. No que diz respeito à Ditadura Militar no Brasil, as oposições mais recorrentes e óbvias, para muitos, são aquelas entre ditadura e democracia, estado de exceção e sociedade civil, ou militares e civis. Essas polaridades deixam à margem da discussão que interesses geraram o encontro entre militares e civis, para que fosse atingido um propósito comum, o que leva



consigo o estabelecimento de um quadro analítico rígido, simplista e que se pretende definitivo.

Autores que procuraram romper com esse quadro dual em suas análises, encontraram e investigaram vozes dissonantes, desafiadoras das formas *conciliadoras* de interpretação da história. Tanto Daniel Aarão Reis Filho<sup>42</sup> e Marcelo Ridenti<sup>43</sup>, ao se referirem ao “golpe de 64” como *civil-militar*, deixam de lado a bipolaridade civis X militares, ao lembrar que o golpe foi possibilitado pela ampla aliança entre setores da sociedade civil e os militares. Para Aarão Reis existe um hiato na compreensão de que houve efetivamente uma ditadura civil-militar no país, que promove uma visão oficial da história, sustentada por uma memória de conciliação<sup>44</sup>.

A memória da luta armada, assim como a memória dos anos ditatoriais, segundo Aarão Reis, se recusou a olhar de frente os atritos e conflitos na sociedade brasileira a partir de suas bases sociais. A Ditadura Militar foi enquadrada como uma perversidade, referida sempre à relação algoz-vítima, quando deveria ser analisada como parte de um processo histórico que fez sentido para grande parte da população do país. Esse maniqueísmo consagrado preocupa porque inviabiliza espaços para a crítica e consolida uma tentativa de por um ponto final a questões que permanecem abertas. A perpetuação desses bipolarismos esvazia a possibilidade de discussão tanto sobre o processo que levou as forças armadas ao poder, como sobre o papel desempenhado pelas empreitadas da esquerda contra o regime vigente. Segundo Rodrigo Cunha, Aarão Reis se pergunta por que há dificuldade em reconhecer as relações de identidade, cumplicidade e apoio de parcela significativa da população com o projeto político vitorioso em 1964 e, ainda, porque há resistências em relação a pesquisas sobre a luta armada como opção de setores da esquerda, assim como sobre as tentativas de aprofundar as razões de seu isolamento, tão determinante para sua derrota<sup>45</sup>.

Marcelo Ridenti procura não produzir *uma análise restrita à ação das organizações supostamente de vanguarda, mas entendê-las no movimento contraditório da sociedade brasileira*<sup>46</sup>. Sublinha, desta forma, o isolamento que Aarão Reis identifica na construção da luta armada e reforça essa dimensão com a

---

<sup>42</sup> Cf. REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*.

<sup>43</sup> Cf. RIDENTI, M., *O fantasma da revolução brasileira*.

<sup>44</sup> CUNHA, R de M., op. cit. p. 13.

<sup>45</sup> Cf. REIS FILHO, D. A. op. cit.

<sup>46</sup> Cf. RIDENTI, M., op. cit. p. 15.

hipótese de um movimento que caminhava na contramão da sociedade com a qual pretendia estabelecer um diálogo e uma identificação. Ridenti confirma as mesmas dificuldades das ciências sociais para trabalhar com a luta armada a partir das suas falhas, e percebe poucos casos que confrontam a derrota da esquerda e suas razões.

A *revolução que faltou ao encontro* para Aarão Reis, em Ridenti tem o perfil de um *fantasma*, uma entidade que por um lado parece assombrar a sociedade e, por outro, costuma fazer aparições recorrentes na história brasileira. Jacob Gorender, que *apresenta* o livro de Ridenti, reconhece o *fantasma* como a herança de uma derrota, a derrota da guerrilha armada. Essa presença sem corpo, sem forma, sem vida concreta, para Gorender, transformou-se em uma *obsessão na mente das esquerdas brasileiras*<sup>47</sup> e o autor considera ser importante pensar em como se livrar do fantasma<sup>48</sup>.

As noções de *obsessão* e *libertação* são familiares na produção acadêmica sobre a memória. Para ex-militantes como Gorender, ex-guerrilheiros como Aarão Filho, livrar-se do fantasma faz parte de um processo pessoal. No entanto, esse processo também implica a transmissão de uma herança e, assim sendo, o fantasma deixa de ser somente parte de uma memória individual e ganha sentido para uma memória coletiva e social.

Na intenção de libertação da memória obsessiva, e da herança que ela transmite, estão envolvidas diferentes gerações. O fantasma que, para a geração de militantes, assume a forma de uma obsessão, para outras gerações se apresenta como uma herança. A sentença de Gorender indica a ausência de *trabalho da memória* no que se refere à luta armada, já que livrá-la de seu caráter obsessivo, nesta pesquisa, representa retirá-la do quadro da *compulsão de repetição*, uma vez privilegiado o exercício da *rememoração*.

A ausência de um trabalho de memória no caso da luta armada é igualmente indicada por Aarão Reis na percepção da construção de uma memória conciliadora em relação às lutas de guerrilha. A conciliação estaria justamente na ausência do confronto entre os pólos sociais e políticos que sustentaram a ditadura, quando a memória da luta armada foi consolidada sem se confrontar ou ser confrontada com outras memórias. Inclusive, sublinha que boa parte da produção dessa memória foi

---

<sup>47</sup> Ibid. p. 14.

<sup>48</sup> Ibid. p. 14.

esboçada no momento da anistia, um processo marcado pela conciliação<sup>49</sup>. Para Araújo Reis, a luta armada não representava um projeto político de transformação das bases sociais e econômicas do país, mas sim uma opção de luta, que tinha o intuito de restaurar as bases democráticas suprimidas pelo regime militar. Neste sentido, sua derrota não representa a derrocada de um projeto, mas a opção de uma forma de luta.

De todo modo, a luta armada foi derrotada e é necessário olhá-la de frente. A pergunta pertinente é por que a esquerda brasileira perdeu essa batalha e por que há resistências em refletir sobre essa derrota. Igualmente relevante é saber por que houve interesses que permitiram que a ditadura perdurasse por vinte anos, e cabe pensar como se deu o processo de transição para a democracia.

A derrota, portanto, não é a única coordenada presente nessa memória, mas é importante. Mesmo que a luta armada não constituísse um projeto político, ela foi representativa de um universo de militância comprometida com uma causa, fundamentada em ideais significativos daquela época. Esteve inscrita no âmbito de discussão da cultura política de esquerda identificada com as ideologias de esquerda, em particular as de cunho comunista, e seus desdobramentos.

A derrota de um projeto e de uma luta com bases constituídas nesse universo ideológico não se reduz à simples relação entre vencedores e perdedores, mas representa a derrota de ideais políticos, de sonhos e esperanças em relação a um outro mundo, uma desilusão para as expectativas de construção de uma outra sociedade. A derrota na luta foi experimentada igualmente nas punições sofridas pelos derrotados, na forma de prisões, torturas, desaparecimentos, mortes e exílios.

A memória da luta armada está remetida a uma experiência comum de militância que tem a marca da derrota de uma causa, que remete ao universo da memória da violência e do sofrimento. Mas se isso é verdade, certamente não é o seu resumo. Esse é um universo diverso, um *caleidoscópio de sentimentos e ressentimentos*, que permite pensar a memória da luta armada a partir de diversas possibilidades. Poderia ser ela a memória do exílio, uma memória heróica, a memória do ressentimento, do perdão, da justiça, da prisão, da vitória, da perda, entre tantas claves de leitura possíveis<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> CUNHA, R de M., op. cit. Ver primeiro capítulo “Memória e Ressentimento”.

<sup>50</sup> Ibid. p. 17.

Não é objetivo dessa pesquisa concentrar-se nessa específica memória, mas é importante perceber que nela há sentimentos conflitantes referentes a uma experiência comum, e são eles que condicionam a memória coletiva da militância de esquerda dos anos sessenta e setenta. A geração de filhos de militantes conviveu com essa memória representativa de uma determinada cultura política, nela formou-se, e a partir dela lhe foi transmitida uma herança.

### 3.4 Entre duas gerações

Serge Berstein afirma ser a cultura política interessante aos historiadores porque auxilia na compreensão

“sobre as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência aos sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm da felicidade”<sup>51</sup>.

Interessa, igualmente, porque

“passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão de mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica do futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isso, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual”<sup>52</sup>.

No compartilhamento de uma experiência comum consolida-se entre os sujeitos uma identificação referente ao processo de constituição e reconhecimento de uma cultura política. A formação de uma identidade comum é paralela ao processo de formação da identidade do indivíduo, que para Gilberto Velho, se efetiva a partir de escolhas e de negociações oriundas do diálogo entre tradição e atualidade.

A geração dos pais militantes da época da ditadura militar e a de seus filhos são intimamente relacionadas porém, em muitos aspectos, apresentam diferenças significativas. Estão inscritas em momentos distintos e as conjunturas políticas com as quais interagiram na juventude, uma com um regime de ditadura e a outra com a construção e confirmação da democracia, são diferentes. Lidam desta forma com espaços de experiência consideravelmente diversos, e essas discrepâncias afetam o processo de formação de identidades e a construção de projetos de futuro e horizontes de expectativas.

---

<sup>51</sup> BERSTEIN, S., op. cit. p. 363.

<sup>52</sup> Ibid. Pp. 362-363.

Gilberto Velho formula indagações sobre a formação de identidades na modernidade que se mostram bastante próximas àquelas apontadas por Halbwachs e sustentadas por Ricoeur, ao propor como mediações na construção de memórias e identidades as relações dos indivíduos, as relações com *os outros* e *os próximos*. Para Velho, as negociações com diferentes núcleos de sociabilidade constituem o espaço onde são feitas adesões significativas para a demarcação de fronteiras e para a elaboração de identidades sociais<sup>53</sup>. Na modernidade há uma coexistência, mais ou menos tensa, entre diferentes configurações de valores, e as identidades são formadas a partir de um campo de possibilidades, que pode estar na origem de uma adesão vigorosa e militante a uma ordem de valores, ou de uma circulação entre várias opções possíveis. O autor reconhece ainda a possibilidade de uma atitude *blasé*, uma certa indiferença e distanciamento em relação à multiplicidade de estímulos e possibilidades de adesão, e também um ceticismo radical, no qual nada tem significado relevante.

“Enfim, existe um campo de possibilidades que, se não é exclusivo, é bastante típico desta sociedade [a moderna], aparecendo fortemente solidário com o desenvolvimento de ideologias individualistas”<sup>54</sup>.

Em relação às sociedades fortemente marcadas pelo signo do sujeito-indivíduo, Gilberto Velho postula que a formação de identidades parte do individual para o coletivo. Os sujeitos-indivíduos membros da geração de filhos de militantes formaram suas identidades a partir de uma variedade de possibilidades, um dado diverso daquele encontrado pela geração de seus pais, cujas identidades se formaram, na juventude, a partir de uma lógica alternativa e de uma leitura de mundo bipolar, dividido entre direita e esquerda, entre comunismo e capitalismo, no qual ou se era uma coisa ou se era outra.

Para os militantes da geração das décadas de sessenta e setenta era difícil operar com esse quadro de *campo de possibilidades* ampliado que as sociedades modernas, em princípio, oferecem. Mesmo que as divergências no interior da esquerda tenham resultado em divisões e subgrupos organizacionais, havia uma mesma base formadora de códigos e de simbologias que faziam sentido e eram reconhecidos por todos como *de esquerda*.

---

<sup>53</sup> VELHO, G., Memória, identidade e projeto. p. 97.

<sup>54</sup> Ibid. p. 99.

No rastro deixado por Benjamin, cabe refletir sobre a viabilidade da formação de uma identidade compartilhada pelos sujeitos na contemporaneidade. Em um tempo marcado pela fragmentação e pela individualização da experiência, além da formação da identidade de um grupo exigir definições, o mesmo ocorre no que diz respeito à construção da memória coletiva das duas gerações em pauta.

Gilberto Velho problematiza que a consolidação das sociedades modernas tenha sido feita a partir da confirmação do “eu”, incorporado na construção do conceito de sujeito-indivíduo. A trajetória individual nessas sociedades é, portanto, fundamental, fato confirmado, por exemplo, com a popularidade do gênero biográfico. A grande disseminação das biografias modernas é apenas uma das demonstrações de como são valorizadas as escolhas pessoais de um indivíduo. Por essa razão, a memória desse indivíduo é socialmente relevante, assim como os sentimentos e as escolhas que nela transparecem.

A memória, para Gilberto Velho, estabelece uma relação com o passado e proporciona informações sobre a trajetória de um indivíduo que serão utilizadas no presente, a partir de um processo de negociação com a realidade, especialmente o que Berstein reconhece os canais de socialização que fazem parte da fase adulta, na qual as escolhas consolidam a formação de identidades. A memória estabelece amarras, atá nós, *dá consistência à biografia*, o que permite amadurecer o processo de formação de identidade.

*A formulação de projetos* completam o ciclo :

“A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma *memória* que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de *projetos*. Portanto, se a *memória* permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o *projeto* é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*”<sup>55</sup>.

É desta forma que Gilberto Velho relaciona memória, identidade e projeto.

“O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*. Ou seja, na constituição da *identidade* social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a *memória* e o *projeto* individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas

---

<sup>55</sup> VELHO, G., op. cit. p. 101 (grifo do autor).

motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória”<sup>56</sup>.

À luz dos demais teóricos da memória lidos, as formulações de Velho permitem considerar que a identidade do indivíduo é construída a partir do diálogo entre o seu passado e o passado de uma tradição, no *espaço de experiência* com o qual este indivíduo se relaciona. As escolhas feitas no passado são avaliadas no presente e, assim, a trajetória ganha consistência e coerência. Mas sem esquecer que a memória é fragmentada e o passado é descontínuo, a identidade torna-se, portanto, uma forma de organização desses fragmentos da memória, associados e relacionados com o *tempo em que se vive*. A memória individual estabelece associações com *outros* e com *próximos*, e nessas associações formulam-se projetos que situam o indivíduo no tempo e no espaço histórico e entrecruzam vivências passadas com aquilo que constitui seu *horizonte de expectativa*.

Em princípio, a formulação de projetos está inscrita no plano individual, relacionada com a noção de fragmentação das sociedades modernas, baseada na perspectiva individualista. Contudo, não se formulam projetos de maneira isolada, afastados das relações sociais e das negociações com a realidade por eles provocados. Assim, como toda memória coletiva é também individual, e toda memória individual reflete uma coletividade porque ela é essencialmente social, todo projeto individual é construído, também, a partir do coletivo.

A leitura de Jacob Gorender nos permite perceber a convivência pessoal da geração de filhos de militantes com a memória de uma derrota, da perda, do sofrimento, da violência, do fim de um sonho. No entanto, o *caleidoscópio da memória* mostra, ouvidos os depoimentos dessa geração, imagens em constante mutação, e a derrota pode facilmente se transformar em vitória moral, assim como a dor pode ganhar um novo sentido. O *não* pode ser percebido como sim.

Referido a uma ação indignada, revoltada contra um *status quo* opressor, para Albert Camus, o *não* é também um sim<sup>57</sup>. Quando é dito *não* a imposições feitas de maneira truculenta, são estabelecidos limites e desenhadas fronteiras entre o que é possível e o que é tido como *absurdo*. O movimento não é somente de recusa ao absurdo, mas uma tomada de posição afirmativa contra o absurdo. Nega-se alguma

---

<sup>56</sup> Ibid. p. 101. (grifo do autor).

<sup>57</sup> Cf. CAMUS, A., *O homem revoltado*.

coisa de maneira ativa, na forma da ação. Do *Não* inaugural nasce algo novo; transforma-se em um *Sim* estimulante que impulsiona o indivíduo a agir em favor daquilo que deseja conquistar<sup>58</sup>. O eco de vários “nãos” ditos ao mesmo absurdo, no mesmo espaço e tempo histórico, inaugura movimentos a partir da reunião de indivíduos, unidos em torno de algo comum e, então, vinculados uns aos outros.

A derrota não é absoluta e não resume, como vimos, a memória da militância brasileira. Um exemplo disso são os caminhos tortuosos do exílio, e a dupla face<sup>59</sup> que essa experiência apresenta. Ao mesmo tempo que o exílio pressupõe a experiência da expulsão e da exclusão, também implica em uma vitória da vida, pois o exilado sobrevive a uma situação limite e, uma vez vivo em outras terras, lhe são oferecidas novas possibilidades de negociações com a realidade. A memória do exílio é ambígua e muito diversificada, o que impede seu enquadramento unívoco.

Aqueles que disseram “não” aos militares no poder, disseram “sim” para muitas coisas. A geração de filhos de militantes conviveu intimamente com a entrega de seus pais a uma causa e com a formulação de projetos cujos denominadores comuns eram a rejeição do arbítrio e o desejo de mudanças<sup>60</sup>. Conviveram, certamente, com a memória de muitas perdas, mas esse não é o único sentido da memória da geração de militantes, e nem tudo que dela foi herdado foi recebido como expressão da derrota e da dor.

As duas gerações em pauta viveram processos de formação de identidades muito diferentes. Se a geração de militantes viveu na época do “não”, (do dizer “não” e do ouvir muitos “nãos”), a geração de filhos de militantes viveu a época em que os “nãos” anteriores foram transformados em “sims”, ou, pelo menos, foram vislumbrados como possibilidades de transformarem-se, finalmente, em afirmações. A geração dos filhos de militantes de esquerda consolida sua identidade em um momento no qual foram projetadas as esperanças de um projeto anterior, fundado na afirmação da liberdade e da democracia.

A transição da ditadura para a democracia no Brasil implicava descontinuidades e rupturas históricas e, para a geração de militantes, o espaço de

---

<sup>58</sup> Ibid. p. 25.

<sup>59</sup> VASQUEZ, A. e ARAUJO, A. M., *Exils Latino-Américains: la malédiction d’Ulysse*. p. 11.

<sup>60</sup> A noção plural de projeto é fundamental para entender a conjuntura dos anos sessenta e setenta. A mudança do sistema político vigente, a derrubada do regime ditatorial, era somente um dos muitos projetos em pauta na época, e nesses vários projetos entrecruzavam-se a política, a cultura, a economia, afirmando um diálogo com novas referências e tendências.



experiência já não correspondia mais ao horizonte de expectativas, em função do qual foram formulados seus projetos de construção de uma nova sociedade. A revolução não aconteceu, *faltou ao encont`ro*, e tornou-se *um fantasma*, nos termos da historiografia já existente sobre o período. O regime militar despediu-se lentamente do poder e a transição para a democracia foi, sobretudo, o resultado de negociações conciliadoras.

As memórias da geração de “filhos” explicitam a idéia de transmissão de um *bastão geracional*<sup>61</sup>, que não é exclusiva da relação entre essas duas gerações específicas, mas que ganha nela conteúdos muito próprios. Na transmissão deste bastão são passados adiante valores, conceitos, símbolos significativos de uma geração. Faz parte dos interesses desta pesquisa analisar o que foi transmitido nesse caso específico e que elementos presentes nessa entrega de bastão geracional foram aceitos ou rejeitados. É o que procuraremos definir mais adiante.

Diante de uma conjuntura de vários “sins”, que também se firmava na possibilidade de “nãos” positivos, houve para a geração de filhos de militantes um *campo de possibilidades* de negociações não experimentado por seus pais, ou mesmo pelas gerações anteriores. Para essas últimas, a abertura para uma pluralidade de escolhas era muito restrita, enquanto que para a primeira, a pluralidade de escolhas e de possibilidades era o ponto de partida e o pressuposto necessário.

A partir de um novo espaço de experiências, aberto às possibilidades oferecidas pela democracia, o futuro se tornara novamente incerto, imprevisível, e, para o horizonte de expectativas, eram projetadas novas esperanças. Podia-se sonhar novamente mas, também, com outros sonhos em cena, relativos a uma outra realidade e que implicavam em outras negociações. Sobre os sonhos, as esperanças e expectativas desta geração tratará a próxima sessão.

---

<sup>61</sup> CUNHA, R de M., op. cit. p. 116.